



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ANE CASSIA BRITO ALMEIDA MARTINS¹

RESUMO

A educação é uma política pública essencial para desenvolvimento da sociedade. Esta política pública teve recorte específico na modalidade de ensino através da educação inclusiva, realizada para amparar os alunos com deficiência. Ressalta que o artigo tem como objetivo conhecer as políticas públicas que regem a inclusão escolar na Rede Municipal. Isto será possível a partir da análise dos documentos norteadores da educação inclusiva na rede municipal ao relacionar com as legislações federais e municipais que estão em prática e que podem possibilitar melhoria para acesso e permanência das crianças. A utilização da pesquisa bibliográfica possibilitou a identificação de documentos que balizaram o artigo tanto na fundamentação legal, quanto no aporte teórico para revisão da literatura. Há necessidade de mais produções acadêmicas que contribuam para inserção social e inclusão das crianças e que se garanta este espaço de aprendizado na política pública. O Serviço Social neste aspecto pode contribuir dentro das possibilidades e limites das políticas públicas e auxiliar os professores especializados para possibilitar inclusão na educação regular.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Pessoa com deficiência; Políticas Públicas, Recursos Didáticos; Serviço Social

ABSTRACT

Education is an essential public policy for the development of Society. This public policy had a specific focus on the teaching modality through inclusive education, carried out to support students with disabilities. It emphasizes that the article aims to understand the public policies that govern school inclusion in the Municipal network. This will be possible based on the analysis of documents guiding inclusive education in the municipal network. When relating it to federal and municipal legislation that is in practice and which can enable improvements in children's access and retention. The use of

¹ Secretaria Municipal de Assistência Social

bibliographical research made it possible to identify documents that supported the article both in terms of legal basis and theoretical support for the literature review. There is a need for more academic productions that contribute to the social insertion and inclusion of children and to guarantee this space for learning in public policy. Social services in this aspect can contribute within the possibilities and limits of public policies and assist specialized teachers to enable inclusion in regular education

KEYWORDS: Inclusive Education; Person with disability; Public Policies, Teaching resources; social work

1 INTRODUÇÃO

A Educação é uma política pública referenciada através do artigo 205 da Constituição Federal que aponta que “é direito de todos e dever do estado”. Para ampliar o acesso à educação foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases na Educação - LDBEN, Lei 9.394/96 que apresenta a modalidade da educação especial para que possa atender educandos que tem necessidades especiais.

A educação especial é uma modalidade da educação, conforme a LDBEN que permite as pessoas com deficiência, com transtorno global e desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação terem acesso à educação de qualidade com equidade para favorecer o seu processo de ensino-aprendizado.

A relevância deste artigo está em conhecer as políticas públicas que regem a inclusão escolar na Rede Municipal, e inteirar-se de que como o Serviço Social pode contribuir neste processo. A análise dos documentos acerca da educação inclusiva a fim de relacionar as legislações federais e municipal com a prática da política pública a fim de propor melhoria para acesso e permanência das crianças.

A metodologia científica utilizada para este artigo é a pesquisa bibliográfica. Para fundamentar as referências bibliográficas foram utilizados levantamento de artigos científicos através dos sites “SciELO” e “Google Acadêmico” para aporte documental e conceitual levantados a partir das seguintes palavras chaves “Educação Inclusiva, pessoa com deficiência, políticas públicas.”

Neste sentido, o artigo apresenta a importância do reconhecimento das ações desenvolvidas nos projetos políticos pedagógicos e metodologias de ensino. Logo a finalidade deste documento é ampliar o debate sobre a utilização de formas de desenvolvimento de habilidades e competências para permanência das crianças com deficiência.

E assim, na perspectiva da Educação transformadora, alia –se ao profissional do Serviço Social, enquanto articulador multidisciplinar, junto aos atores tradicionalmente vistos pela comunidade escolar. Esse profissional, através das intervenções coletivas, poder conduzir o alinhamento dos diálogos profissionais para que se fortaleça as relações docente, discente e gestão na proposta de formação social e cidadã. Deste modo, se justifica o presente artigo como mecanismo de intervenção para contribuir com o fortalecimento social do papel da Educação.

2 FUNDAMENTO LEGAL DA EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representa um marco essencial para garantir a abertura do diálogo acerca da educação enquanto política pública. E neste universo que os alunos com necessidades especiais para acessar educação foram contemplados a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN nº 9.394/1996 a qual contempla a educação especial.

A educação especial é uma modalidade de ensino ofertada pela escola pública para o atendimento adequado aos alunos com necessidades especiais que também é amparado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Para Santos (2021) ainda não é totalmente realidade em muitas escolas, mas a educação especial é o primeiro passo para que alunos se beneficiem desta modalidade de ensino a qual respeite as diferenças independentemente de suas especialidades ou limitações do indivíduo.

A Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência referendada através do Decreto nº 6.949/2009 a qual o Brasil é signatário aponta que “Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.”

[...]ao assegurar o direito à educação inclusiva de qualidade, fixou o comando para a necessária promoção do “máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos

talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais.” (Decreto nº6.949/2009)

No âmbito do direito à educação, seguindo os comandos e princípios do Tratado Internacional, a Lei nº13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 28, determina, quando necessário, a adoção de medidas individualizadas que forem necessárias para maximizar desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

Cabe dizer ainda, que na LDBEN, a educação especial esta detalhada no artigo 58, a qual retrata que esta é modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais (Brasil,1996). Sendo este um dos marcos legais desta modalidade de educação é necessário também que os docentes conheçam para que de fato se efetive o previsto na resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB Nº02/2001. Esta resolução aponta que os recursos e serviços educacionais especiais podem promover a potencialidade e necessidades do educando, conforme previsto no referido artigo:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. (Brasil, 2001)

A necessidade de ampliar a oferta de espaços adequados a Educação Especial, conduziu a publicação do Decreto nº7.611/2011 a qual apresenta o atendimento educacional especializado (AEE), conforme previsto no artigo:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil,2011)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Cabe dizer que é previsto na legislação do AEE, a articulação com as demais políticas públicas. Esta é ação que envolve o desenho ampliado da proposta pedagógica da escola a qual envolva inclusive os alunos e suas famílias. Logo, uma das questões apontadas é o fomento a continuidade dos estudos de acordo com níveis e etapas do ensino, e para educação especial somente será possível com desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que atendam a particularidades dos alunos que necessitam da educação especial.

Assim, a legislação é aporte essencial e necessário para subsidiar o trabalho docente no processo ensino aprendizagem. Contudo, a importância no processo ensino aprendizagem de recursos que atendam a realidade passa também pela formação dos professores. Logo, experimentar no cotidiano como instrumento de trabalho e pauta do projeto pedagógico para desenvolver a acolhida dos alunos de educação especial e garantir que seja cumprida a finalidade pública da educação com recursos didáticos adequados e formação qualificada de atuação profissional.

Para Modesto et al (2023) na sociedade atual tanto no Brasil quanto no mundo a inclusão de pessoas com deficiência continua sendo desafio. Este das políticas públicas intersetoriais que deem conta de garantir sustento e um cuidado ético às famílias. Logo, é desafio associar-se à garantia de direitos para viabilizar a garantia do direito à educação nas escolas comuns.

Os autores iniciam a descrição da Educação Especial pelos conceitos de integração, normalidade e produtividade da pessoa com deficiência. Contudo, aponta que na prática, a integração continua sendo o elemento essencial das ações educacionais; e, ainda que, aos poucos, alunos(as) com deficiência passassem a ser integrados(as) nas instituições escolares. A realidade continua a descrever processo de exclusão que a garantia do ordenamento jurídico ainda não está consolidada. Isto é devido à falta de investimento na execução de políticas públicas de integração e de inclusão de pessoas com deficiência tanto escolar quanto social.

Assim, o avanço da Educação Inclusiva depende de um plano de intervenção para que as crianças e adolescentes sejam de fato incluídos nas escolas públicas próximas às suas residências e os recursos deixem de ser aplicados para educação regular. Sendo assim, a implantação e a execução da Educação Especial e Inclusiva é esforço de todos (sociedade e agentes públicos) para convergir com a cidadania.

Segundo BOURGUIGNON (2001), a reflexão sobre o trabalho em rede consiste em enfrentar um grande desafio, pois exige definir o que se entende por rede na área social, especialmente no contexto da gestão municipal dos serviços de atenção às necessidades da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

família, criança e adolescente, que deve atender ao princípio de proteção integral previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, exige-se uma sintonia com a realidade local, com sua cultura de organização social, bem como uma sociedade civil forte e organizada, capaz de se fazer ativa e participativa diante da administração pública.

3 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

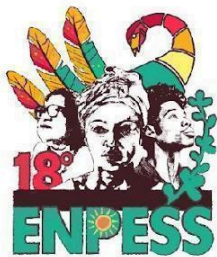
De acordo com Lamamoto (2005) as “multifacetadas questões da expressão social” são objeto de trabalho do Assistente Social, a qual na sociedade se expressa através das implicações nos campos políticos, sociais, econômicos, culturais e impactam na individualidade e coletividade. Neste sentido;

compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (Almeida, 2011, p.12)

A Política de Educação aponta a diversidade de expressões da “questão social”, que pode ser materializada especificamente no estabelecimento de ensino: a escola. E sendo espaço múltiplo das relações família-escola e ensino-aprendizagem que se manifestam, pode se dizer que é campo propício ao Serviço Social. Sendo que não é possível conceber educação democrática e formativa, sem entender os processos de exclusão social.

Segundo Guerra (2023) a atuação do Serviço Social nos diversos campos da política educacional envolve os discentes e suas famílias, os docentes e demais atores nas escolas, nos polos de atendimento, nos diferentes espaços institucionais de atendimento direto. E também, pode atuar junto aos órgãos de planejamento e de gerência da política educacional, seja no âmbito da Secretaria de Educação Municipal ou Estadual, nas coordenadorias, nos órgãos de elaboração de política de planejamento e de gerência, ou seja, nos níveis centrais, não só no atendimento direto, mas na própria elaboração e dinamização dessa política pública.

Para Pires (1997) a política de educação no espaço da realidade social está comprometida pela exclusão social, pela desigualdade, pela fome, pela miséria, pela violência e conflitos sociais que atravessam e confrontam o processo educacional. Para autora é neste contexto institucional



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que impõe desafios as relações pedagógicas e se expressam através das condições socioeconômicas da população usuária, dos próprios docentes (destaque inclusive para as condições em que vivem), da evasão escolar e do aumento da violência cotidiana.

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. (Almeida, 2012, p.44)

Para Guerra (2013) o agravamento da questão sociais requer intervenções para além das ações governamentais e não-governamentais que possam convergir com a manutenção de crianças e jovens na escola. Logo, a situação socioeconômica da população das classes populares, já tão desprovida de todos os direitos, bens e acesso a políticas públicas, logo essa carência se manifesta na escola.

Segundo Almeida (2012) o profissional de Serviço Social necessita além da competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), que este seja capaz lidar com as contradições que determinam a Política de Educação. Portanto, entender os limites conceituais e ideológicos em torno de expressões como “educação para a cidadania”, “educação inclusiva” e “democratização da educação”, que sugerem a ideia de “compromisso social” exigem ampliação de ações profissionais para atender aos estabelecimentos de ensino.

Para Vitor (2021) o assistente social se efetiva no sistema educacional quando norteia suas intervenções considerando o projeto de sociedade, no que diz respeito, as abordagens individuais, familiares e trabalhadores da educação. Assim, a intervenção coletiva, investigativa e pedagógica serve para propor gerenciamento qualificado e planejado de bens e serviços junto a escola.

A autora aponta que na perspectiva da emancipação humana, o Serviço Social apreende competências críticas para propor intervenções exitosas para realidade. Desse modo identificar os desafios e apropriar se das contradições existentes no âmbito escolar poderá propor alternativas para os projetos de vida da comunidade escolar.

4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

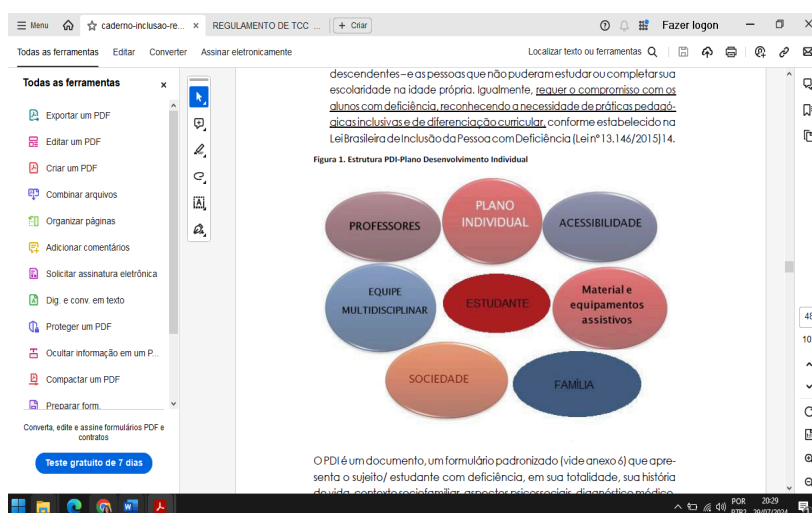
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No Brasil, a Lei de Inclusão, Lei nº13.146/2015 orienta o direito ao atendimento educacional dos estudantes com deficiência. E tem orientado as diretrizes da Política de Educação inclusiva da Rede de Educação de Contagem para organizar o serviço principal para apoiar as crianças, o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Logo, as questões sociais e vulnerabilidades dos alunos com deficiência remetem a necessidade da educação que proporcione não somente aprendizado que compreenda as especificidades, mas que promovam também qualidade de vida. Logo, é essencial que as atividades e profissional deste atendimento seja qualificado e compreenda seu papel diário de fomentador de cidadania.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB/1996, Capítulo V da Educação Especial, Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na Rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Para garantir o atendimento adequado é fundamental para estrutura do plano Desenvolvimento Individual – PDI, faz se necessário diagnóstico amplo da realidade física e social para que se desenvolva, conforme apresentado na figura 1 os mecanismos de intervenção adequados.

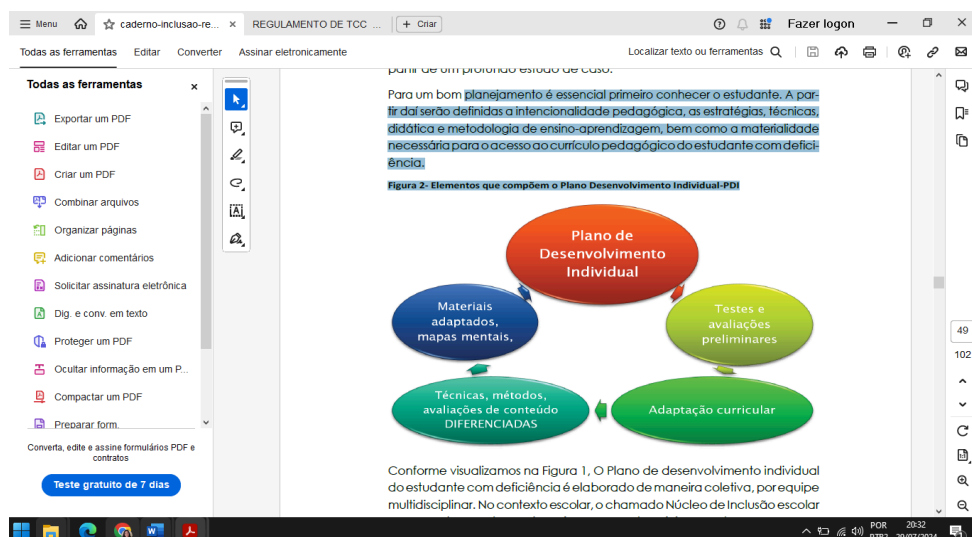
Figura 1 – Estrutura PDI-Plano Desenvolvimento Individual



Fonte: Contagem, 2019.

No que se refere a política pública, conforme apontado Contagem (2019) é essencial a realização do planejamento para que entenda a proposta pedagógica e as técnicas que serão utilizadas pelo professor AEE na proposta de intervenção que será utilizada. Neste aspecto é fundamental a clareza dos elementos essenciais para que seja realizado o PDI que contemple as especificidades da criança no seu processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar. Os elementos constitutivos da figura 2 exemplificam a estrutura necessária de suporte para desenvolvimento de PDI adequado.

Figura 2- Elementos que compõem o Plano Desenvolvimento Individual-PDI



Fonte Contagem , 2019.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP do ano de 2016 houve aumento no percentual alunos na modalidade educação especial em torno de 57,8% no que se refere a pratica e inclusão dos alunos com deficiência. A pesquisa serve também de parâmetro para a investigação dos tipos de deficiência para conduzir os planos de intervenção de AEE. apropriados e diversificados podem influenciar o processo ensino-aprendizagem.

Portanto, a relação da educação especial enquanto modalidade de ensino organizada junto a escola regular é uma forma mais apropriada para o atendimento de alunos com deficiência educacionais especiais. Então as oportunidades de educação ofertada a esses alunos nas escolas são das práticas pedagógicas para uma aprendizagem significativa quanto ao atendimento educacional especializado. Neste sentido há, conforme Dias e Cardine (2018);

(...) a necessidade de as diferentes estruturas educativas proporcionarem meios, recursos e suporte à implementação de práticas educativas inclusivas junto dos profissionais que trabalham neste nível de ensino, dada a ainda parca experiência destes na gestão de ambientes inclusivos, fruto das recentes alterações legislativas e estruturais” (Dias e Cardime, 2018).

A fundamentação legal acerca educação especial está cada dia a aprimorar-se a partir das realidades sociais. Para Froehlich (2021) o cotidiano necessita está organizado para que se favoreça o processo aprendizagem e assim possa ter espaço para ser desenvolvido habilidades e competências e ainda promover a socialização dos discentes.

Para tanto o entendimento do direito à educação converge para necessidade da adequação da prática pedagógica dos docentes e que esta compreenda a utilização de recursos didáticos em sala de aula que de fato auxiliem no processo aprendizado. Portanto, a importância está na execução cotidiana de formas de acesso a aluno com deficiência e a construção de projetos pedagógicos que potencializem o ensino aprendizado a partir da identificação do que deve ser trabalhado com alunos.

A necessidade do ambiente de ensino inclusivo desafia os docentes a utilizar recursos didáticos de maneira estratégica. Dentre a variedade de recursos é possível a utilização de tecnologia assistida, materiais de ensino adaptados, materiais de apoio, ferramentas de comunicação alternativa e aumentativa. Assim, a finalidade de personalizar os recursos didáticos é atender as necessidades individualizadas e específicas.

Para Cerqueira e Ferreira (2016) é importante entender o que são recursos didáticos para que possa entender como aplicar as técnicas e métodos nas atividades e disciplinas que serão realizadas para incentivar e possibilitar o processo de ensino aprendizagem. E para entender a aplicabilidade, os autores apresentam as seguintes classificações de maneira mais ampla:

Naturais: elementos de existência real na natureza, como água, pedra, animais.
Pedagógicos: quadro, flanelógrafo, cartaz, gravura, álbum seriado, slide, maquete.
Tecnológicos: rádio, toca-discos, gravador, televisão, vídeo cassete, computador, ensino programado, laboratório de línguas, Culturais: biblioteca pública, museu, exposições.
(Cerqueira e Ferreira, 2016)

No que se refere a avaliação dos alunos de inclusão na escola deve se considerado segundo professora AEE, avaliação processual e diária para que se ajuste o planejamento e desenvolvimento a partir da linguagem adaptada. Neste aspecto o entende-se que o INEP aponta



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que na educação especial a partir do atendimento educacional especializado (AEE) as necessidades educacionais dos alunos com deficiência devem ser contempladas nos projetos políticos pedagógicos da escola. E tem função primordial de possibilitar recursos pedagógicos que possibilite a ampla participação dos alunos e na atualidade a inserção de Tecnologias de Informação e da comunicação (TICs).

Ressalta-se que é de suma importância ao trabalhar a autonomia e independência dos alunos dentro e fora da escola. Sendo assim, as atividades devem desenvolver as habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes em sua singularidade e ainda ações pedagógicas para apoiar as atividades realizadas pelo professor.

De acordo com Oliveira et al (2019), a sala de recursos funciona como suporte aos docentes dentro da escola comum com materiais, equipamentos e professores especializados, visando atender aos alunos com necessidades educacionais especiais. Ressalta-se que a organização e planejamento no atendimento ao aluno com deficiência através da sala de recursos é fundamental, mas a proposta de ensino inclusivo requer que este aluno também permaneça na sala regular em outros horários. Logo, o trabalho da sala de recurso deve ser realizado com visitas a prestar apoio ao professor da sala regular e assim os recursos didáticos podem ser adaptados para serem utilizados coletivamente por toda turma, caso seja necessário.

De acordo com Rodrigues et al (2018) a utilização de recursos didáticos específicos faz com que elementos como: os sons, as imagens, a construção de maquetes, as brincadeiras e o uso de materiais lúdicos sejam valorizados. Isto diferencia o ensino criativo para ensino tradicional e pode obter melhores resultados.

Dentre os diversos tipos de recursos didáticos a serem utilizados pode-se citar quadro e giz, livros, artigos, trabalhos acadêmicos, apostilas, softwares, apresentações em Power Point, músicas, filmes, exercícios físicos, ilustrações, CDs, DVDs, passeios, brincadeiras, construção de maquetes e muitos outros (Silva et al, 2017).

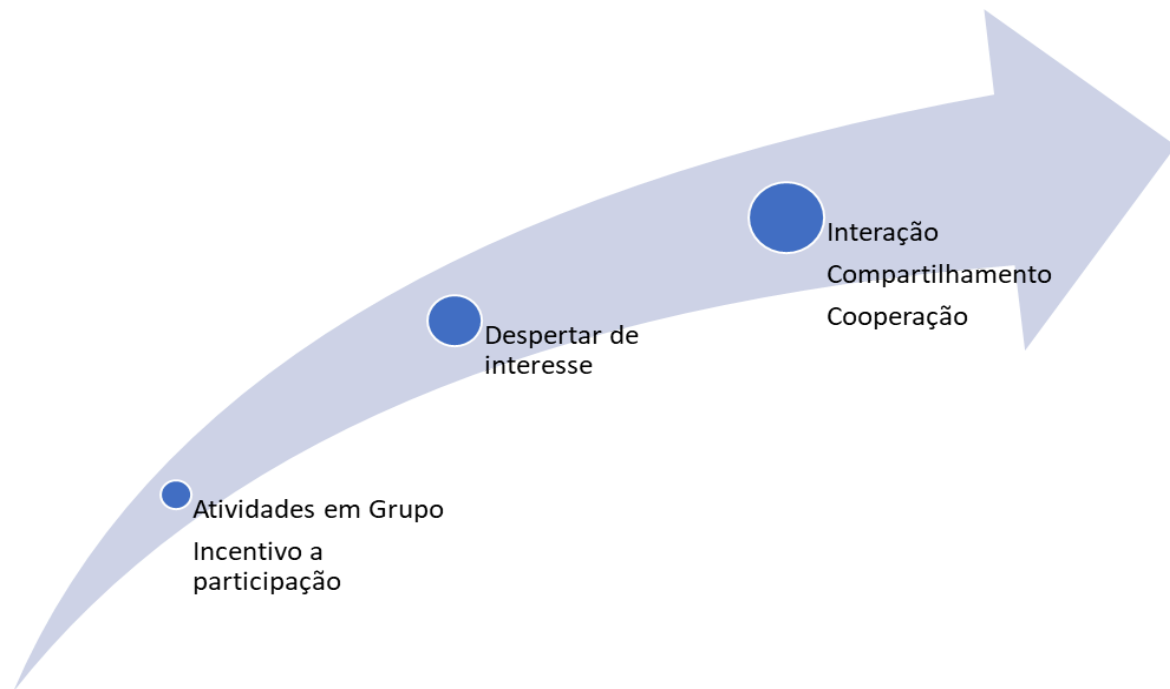
Um dos fatores essenciais a ser observado na escolha de recursos didáticos é a faixa etária, para Silva et al (2017) jogos gera mais efeitos em crianças do que em adultos. Além dos efeitos positivos dos recursos didáticos adequados afetarem não somente o ensino aprendido de conteúdo específico, mas o comportamento dos alunos em sala de aula. Salienta dizer que a utilização de recursos didáticos pode promover a participação e engajamento entre alunos e

professores. E ainda possibilitar experiências enriquecedoras e exitosas de aprendizado. Logo, a disponibilidade de recursos didáticos é uma oportunidade para os alunos de necessidades especiais a desenvolverem o conteúdo do currículo proposto.

Para Araújo e Lima (2021) os recursos didáticos necessitam de profissionais que compreendam a sua utilização e a complexidade. Segundo autores para utilizar recursos didáticos é essencial que o professor faça planejamento pautado nas especificidades e melhorar a assimilação do conteúdo pelo aluno. Dessa forma, a execução do plano de aula deve ser diversa e variada para abarcar as realidades que aparecem na sala de aula regular, ou ainda nas salas de atendimento especializado.

Na apuração das respostas das cinco (5) professoras houve convergência de palavras que recorrentemente apontaram a necessidade de aprendizado a partir de atividades em grupos com a participação de todos e que de fato desperte interesse. Isso será possível se houver despertar de interesse para interação e compartilhamento para cooperação dos sujeitos sociais, conforme a apurado através da figura 3, relacionada abaixo:

Figura 3 – Estratégias para elaborar atividades



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Segundo Silva et al (2017) as intervenções a partir fundamentos teóricos fazem parte do trabalho do docente na educação especial. Este profissional poderá promover a aprendizagem significativa com práticas pedagógicas que possam ter resultados no cotidiano dos alunos. Logo, a prática docente adequada a modalidade de ensino pode ser diferencial no processo de ensino aprendizagem.

Contudo, salienta dizer que somente será possível uma prática docente diferenciada se houver investimento na formação inicial e continuada dos docentes. As dificuldades no processo de ensino aprendido requer mais do que compromisso com a qualidade da educação, mas com conhecimento de matrizes curriculares que vislumbrem conhecimento e aporte teórico capazes de atender as diferentes demandas dos alunos com deficiência no âmbito do ensino. Além da educação especial de fato ser prioridade dentro dos estabelecimentos de ensino.

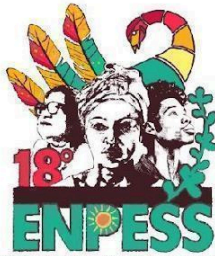
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial ainda tem uma longa trajetória para ser efetivada na escola. Apesar da fundamentação legal nesta área contemplar a especificidade da pessoa com deficiência é no cotidiano que se conquista a garantia da política pública de educação nesta modalidade de ensino. Logo, a estratégia que possibilita e favorece o processo do ensino aprendizagem são a formação dos docentes e os recursos didáticos.

Salienta afirmar que a sala de aula seja espaço que se promova a socialização dos discentes e de fato favoreça o processo de ensino aprendido. Contudo, há importância dos recursos didáticos na educação especial. Está claro nos apontamentos dos autores que estes recursos possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências prevista no projeto pedagógico para que os conteúdos curriculares sejam desenvolvidos para melhor atender ao aluno.

A previsão legal do atendimento educacional especializado (AEE) não é realidade de todas unidades escolares. Apesar de ser consenso da contribuição deste espaço para educação especial. A maioria dos alunos com deficiência estão na sala de aula regular. Sendo, portanto, a oferta da educação especial nos parâmetros estabelecidos ainda um desafio para professor que terá que aliar a sua prática cotidiana as especificidades do educando.

Sendo assim, a Educação Especial desempenha um papel fundamental na garantia do direito à educação para todos, conforme estabelecido na Constituição Federal e na LDBEN é a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

importância dos recursos didáticos nesse contexto é inegável, pois eles possibilitam o acesso e desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos com necessidades especiais através da oferta de atendimento educacional especializado (AEE) e a promoção da inclusão.

No entanto, a implementação efetiva dessas políticas perpassa ainda pela formação contínua dos professores e a adaptação de recursos didáticos para alcançar uma educação inclusiva que atenda às necessidades individuais dos alunos com deficiência. A Educação Especial não deve ser apenas uma modalidade separada, mas integrada à educação inclusiva, onde todos os alunos têm a oportunidade de aprender e se socializar enquanto sujeitos de acesso aos direitos educacionais.

Cabe ao profissional discernir a mediaticidade de suas ações para não ser apenas um operacionalizador de técnicas. Há também, na instrumentalidade, segundo Guerra (2000), uma possibilidade de o exercício profissional resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais em seu processo sócio-histórico e torná-los espaços de intervenção profissional. Estes espaços, constituídos com determinadas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional.

REFERENCIAS

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de Rede Intersectorial**. Departamento de Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm> . Acesso em 15 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:1988** – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, e 1992, a 52, de 2006, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994. - 26 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações,2006. 87p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 09 jul. 2024

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 09 jul. 2024.

_____. **Decreto nº7.611/2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso 20 jul. 2024.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da Educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. 21 p

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Censo escolar da educação básica 2016** - notas estatísticas. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Benjamin Constant. **Educação Especial**. Brasília, 2016. Disponível em <http://antigo.ibc.gov.br/educacao/71-educacao-basica/ensino-fundamental/262-recursos-didaticos-na-educacao-especial> Acesso em: 19 Jul. 2024.

DIAS, Paulo César Azevedo; CADIME, Irene Maria Dias. **Percepções dos educadores sobre a inclusão na educação pré-escolar: o papel da experiência e das habilitações**. Em: Ensaio. 2018; Vol. 26, N.º 98. pp. 91-111. Disponível em: <https://ciencia.ucp.pt/pt/publications/percep%C3%A7%C3%B5es-dos-educadores-sobre-a-inclus%C3%A3o-na-educac%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A9-escola> Acesso em 15 jul.. 2024.

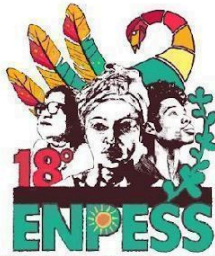
FERREIRA, Wendy Brazão. **O conceito de diversidade na BNCC: relações de poder e interesses ocultos**. Retratos da Escola, Brasília, v. 9, nº 17, p. 299-319, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/582> Acesso em: 19 jul. 2024.

FROEHLICH, Daniela Camila; MEURER, Ane Carine. **Base Nacional Comum Curricular. Educação Especial em foco**. Revista Educação Pública, v. 21, nº7, Disponível <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/base-nacional-comum-curricular-educacao-especial-em-foco>. Acesso em: 19 Jul. 2024..

GIL, Antônio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GUERRA, Yolanda. **Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais**. In: Guerra, Yolanda; Leite, Janete Luzia; Ortiz, Fátima Grave (orgs.) Temas Contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos. Campinas-SP: Papel Social, 2019.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Versão Digital. Acesso em: 19 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 19 jul. 2024.

LIMA, Marília Freires de; ARAUJO, Jefferson Flora Santos de. **A utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso didático -pedagógico no processo de ensino e aprendizagem.** Revista Educação Pública, v. 21 nº23, 22 de junho de 2021. Disponível em : <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/23/a-utilizacao-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-como-recurso-didatico-pedagogico-no-processo-de-ensino-aprendizagem> Acesso em: 19 Jul. 2024.

MINAYO, M. C.S. (Org.) **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8ed. São Paulo (SP): Hucitec-Abrasco, 2007. Disponível em <<https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2022/04/O-DESAFIO-DO-CONHECIMENTO-ATUALIZADO.pdf>> Acesso em 15 Jul 2024.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O Materialismo histórico-dialético e a Educação.** 1997. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/ba893078-a840-4c63-834a-b00c5348b24e>. Acesso 15 Jul. 2024.

RODRIGUES, Rosicleide Da Silva Felix. **A importância do uso de recurso didático para o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de biologia.** Anais VII ENALIC... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51798>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Alessandra Ferreira Dos. **Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 36-45. maio de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados> Acesso em: 19 Jul. 2024.

SILVA, Andressa da Costa Manole; FREITAG, Isabela Hreck; tomaselli, Maria Vitória Ferro. **A importância dos recursos didáticos para o processo ensino-aprendizagem** Arquivos do MUDI, v 21, n 02, p. 20-31, 2017. Disponível em [artigo-178847-1-10-20171123%20\(1\).pdf](artigo-178847-1-10-20171123%20(1).pdf). Acesso em: 19 jul. 2024